

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**Pedro Almeida Brandão
DRE 118028314**

**O argumento das contrapartes incongruentes em Kant: do espaço absoluto ao
idealismo transcendental**

Rio de Janeiro
2022

PEDRO ALMEIDA BRANDÃO

O argumento das contrapartes incongruentes em Kant: do espaço absoluto ao idealismo transcendental

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ulysses Pinheiro

Rio de Janeiro

2022

BRANDÃO, Pedro Almeida.

O argumento das contrapartes incongruentes em Kant: do espaço absoluto ao idealismo transcendental

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Grau:

Aprovado por:



nota: 10,0 (DEZ)

Professor Doutor Ulysses Pinheiro – Orientador
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ



nota: 10,0 (DEZ)

Professor Doutor Antonio Frederico Saturnino Braga
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ



nota: 10,0 (DEZ)

Professora Doutora Carla Costa Pinto Francalanci
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que, ao cruzarem meu caminho, me permitiram de qualquer modo crescer e me tornar quem sou hoje.

Agradeço em especial à minha mãe, a melhor pessoa que eu conheço nesse mundo, pois sem ela nada seria possível;

à minha irmã Beatriz, por todo o apoio, amizade e companheirismo;

ao meu pai, por ter sido o que pôde ser;

às amigas Carmel, Julliana e Luiza e aos amigos Ygor e João, por estarem aqui nos momentos mais alegres e nos momentos mais difíceis;

ao Ulysses, que me acompanhou desde os primeiros momentos nesta universidade e se tornou, para mim, muito mais do que um orientador. Levarei com eterna gratidão tudo que compartilhamos durante esse período e tudo que pôde fazer por mim, seja em relação às questões acadêmicas, seja em relação às outras questões da vida. Faço questão de que nossas trocas continuem, independentemente dos caminhos que a vida nos levar a partir de agora;

ao meu gato, meu maior companheiro e maior alegria que tenho nessa vida;

ao Antonio, pelas aulas ao longo da graduação e por ter se disponibilizado a participar da banca;

à Carla, por todo o carinho e por todas suas ricas leituras e opiniões que muito me fizeram amadurecer ao longo da graduação e por ter se disponibilizado a participar da banca.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a teoria da sensibilidade kantiana no que ela depende diretamente de uma nova conceptualização do que é o espaço e suas propriedades. Pretendemos, em um primeiro momento, debruçarmo-nos nas questões advindas dos argumentos das “contrapartes incongruentes”, desenvolvidos e referidos por Kant no início e ao longo do seu percurso crítico. Afastando-nos da tradição de comentários a respeito de tais argumentos, a intenção de nosso texto é interpretar as contrapartes incongruentes e o problema manifesto de suas conclusões contraditórias tendo em vista o que este argumento pôde, de certa maneira, ser relevante para a edificação da filosofia crítica.

Assim, em um segundo momento, nossa intenção será investigar, na *Estética Transcendental*, a herança das conclusões chegadas por Kant nos referidos argumentos.

O trabalho aqui desenvolvido não pretende exaurir o tema, apenas apontar caminhos possíveis para uma reinterpretação de uma problemática marcante no curso da obra kantiana.

Palavras-chave: Kant. Contrapartes. Incongruentes. Espaço. Sensibilidade.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the Kantian theory of sensibility in what it directly depends on a new conceptualization of what space and its properties are. We intend at first to address the issues arising from the arguments of the "incongruous counterparts" developed and referred to by Kant at the beginning and throughout his critical path. Departing from the tradition of commentaries on such arguments, the intention of our text is to interpret the incongruous counterparts and the manifest problem of their contradictory conclusions in view of what this argument could in a certain way be relevant for the construction of critical philosophy.

Thus, in a second moment, our intention will be to investigate in the *Transcendental Aesthetics* the inheritance of the conclusions reached by Kant in these arguments.

The work developed here does not intend to exhaust the theme, only to point out possible paths for a reinterpretation of a problematic that stands out in the course of Kant's work.

Keywords: Kant. Counterparts. Incongruent. Space. Sensibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. ACERCA DA VALIDADE DOS ARGUMENTOS DAS CONTRAPARTES INCONGRUENTES EM KANT.....	10
1.1 INTRODUÇÃO GERAL AO OBJETO.....	10
1.2 AS CONTRAPARTES INCONGRUENTES EM 1768.....	11
1.3 AS CONTRAPARTES INCONGRUENTES EM 1783.....	15
1.4 ANÁLISE DE AMBOS OS ARGUMENTOS.....	19
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS NESTE CAPÍTULO.....	23
2. O CONCEITO DE ESPAÇO NA <i>CRÍTICA DA RAZÃO PURA</i>	23
2.1 DO ENTENDIMENTO EM SEUS USOS EMPÍRICO E TRANSCENDENTAL E DA ANFIBOLIA DOS CONCEITOS DE REFLEXÃO.....	23
2.2 DA <i>EXPOSIÇÃO METAFÍSICA DO CONCEITO DE ESPAÇO</i>	29
CONCLUSÃO.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	34

Introdução

De Poincaré a Carnap, de Kant a Newton, de Einstein a Leibniz, a discussão acerca da natureza do espaço e do tempo ocupa papel decisivo se ainda quisermos pensar que relação cabe entre a filosofia, as ciências naturais e a matemática. Se tal reconstrução pode soar como uma tarefa, pretendemos remontar à época em que os problemas epistemológicos eram resolvidos à luz dos quadros referenciais da ciência. No rastro do próprio Kant, que, no prefácio à segunda edição da *Crítica da razão pura* (1787), elenca figuras como Galileu e Torricelli na tentativa de estabelecer o que de revolucionário teria havido na ciência da natureza para que esta fosse colocada nos caminhos seguros de uma ciência, diversas teorias parecem concordar em um ponto: a ciência moderna se dirige à natureza matematicamente, toma a geometria pura como aquela que descreve exatamente certas propriedades do mundo, construindo uma identidade entre o espaço físico e o espaço geométrico.¹

Kant, que via na física matemática e na geometria euclidiana os paradigmas de sua epistemologia, tinha como parte de seu quadro referencial as divergentes conclusões de Leibniz e Newton a respeito das consequências de tal projeto. Embora ambos admitissem a matematização da natureza e a abordagem geométrica do espaço, o primeiro o compreendia enquanto um sistema de relações secundário à realidade das substâncias², enquanto o último toma o espaço absoluto por princípio fundacional de sua mecânica, lhe conferindo estatuto ontológico, como uma realidade subjacente e distinta dos corpos³.

Portanto, é fruto deste contexto a concepção kantiana de espaço e sua constante tematização ao longo de sua trajetória filosófica. Como marco desse desenvolvimento, pretendo apresentar o argumento kantiano das “contrapartes incongruentes”, em referência a dois momentos distintos em que este aparece em sua obra: primeiramente, em um texto de 1768 intitulado *Sobre o primeiro fundamento da distinção de regiões no espaço*⁴, reaparecendo nos *Prolegômenos para toda a*

¹ Ver, por exemplo, Michael Friedman, “Kant on Geometry and Spatial Intuition”; Alenka Zupancic, “Realismo em psicanálise” e Alexandre Koyré, “Galileu e a Revolução Científica do século XVII”.

² Correspondência com Clarke, 1715-1716.

³ Princípios matemáticos da filosofia natural em três volumes, 1687-1726.

⁴ Existe toda uma discussão acerca da tradução do termo alemão *Gegenden*. Optamos pela utilização da tradução de Márcio Suzuki, que se utiliza de “regiões”, ao invés de “direções”, por estar em consonância com a vasta maioria das utilizações na literatura secundária. Apenas em um momento tomarei por referência uma tradução própria da tradução para o inglês, devido à opção de Suzuki por “situação”, onde o melhor termo é, claramente, “posição”.

metafísica futura, de 1783. A literatura secundária a respeito do argumento tende a concordar quanto à incompatibilidade de suas versões, com algumas exceções. Norman Kemp Smith sustenta que quando este reaparece nos *Prolegômenos*, sua função é “chegar a uma conclusão muito diferente daquela desenhada na *Dissertação*, e uma conclusão diretamente oposta daquela desenhada em 1768”⁵. Por outro lado, Jill Vance Buroker, em seu brilhante livro *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*, tem um propósito contrário: mostrar que “ao invés de conflitar com o primeiro argumento das contrapartes incongruentes, a última versão, na verdade, incorpora-o”.⁶

O texto de 1768 sobre as regiões no espaço tem por função provar “que o espaço absoluto tem uma realidade própria, independentemente da existência de toda matéria e, mesmo, como primeiro fundamento da possibilidade de sua composição”⁷; em 1783, a possibilidade das contrapartes incongruentes se dá pelo fato de que estas

não são representações das coisas como são em si mesmas, e como o entendimento puro as conheceria, mas são intuições sensíveis, isto é, fenômenos cuja possibilidade se funda na relação de certas coisas desconhecidas em si a uma outra coisa, a saber, à nossa sensibilidade⁸

Portanto, o argumento pode ser utilizado para provar algo e o seu oposto? As contrapartes incongruentes poderiam ser utilizadas para demonstrar que o espaço é real e absoluto e para demonstrar que ele é ideal e subjetivo? Se for o caso, Kant parte das mesmas premissas para chegar a conclusões opostas, ou adiciona novas premissas que mudariam o curso de seus resultados?

O texto a seguir é uma tentativa de fornecer algumas respostas a estas perguntas através da análise estrutural e reconstrução crítica dos argumentos supracitados. Pretendo defender que, em ambos os textos, é questionável se as contrapartes incongruentes provam, de fato, o que elas pretendem. Quando ao analisar o texto dos *Prolegômenos*, pretendo, além do argumento kantiano, por em questão a tese de Buroker, que afirma que o argumento “providencia o suporte *direto* para a não-espacialidade das coisas em si mesmas”⁹.

⁵ SMITH, Norman Kemp; *A Commentary on Kant's Critique of Pure Reason* p. 163.

⁶ BUROKER, Jill Vance; *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*. p.4.

⁷ KANT, Immanuel; *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço*, p. 152-153.

⁸ KANT, Immanuel; *Prolegômenos a toda a metafísica futura* p.55.

⁹ BUROKER, Jill Vance; *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism* p. 101.

Por um lado, o que aqui caracterizo como leitura incompatibilista torna o argumento das contrapartes incongruentes estéril, pois, ao atestar suas conclusões opostas e, de fato, contraditórias, as contrapartes incongruentes nada mais teriam para provar. Por outro, a leitura compatibilista (que aqui será apresentada através da leitura de Buroker) se arroga a tirar conclusões não permitidas pelo texto e, ao tentar fornecer nas contrapartes incongruentes um suporte definitivo para a idealidade subjetiva do espaço, acaba por extrapolar as condições de possibilidade para o conhecimento tais como estabelecidas por Kant.

Ora, gostaria de desenvolver uma tese um pouco mais modesta: o argumento das contrapartes incongruentes não pode fornecer um fundamento positivo para a natureza do espaço, este pode dizer apenas sobre o nosso conhecimento do espaço e dos objetos espaciais. Sua aparição em 1768 não prova a existência do espaço absoluto newtoniano, mas é capaz de provar que o espaço é não-relacional; sua aparição em 1783 não prova a idealidade subjetiva do espaço, mas indica que nosso conhecimento deste é irreduzivelmente sensível. Por mais que suas conclusões definitivas não sejam válidas, os passos válidos da prova fornecem uma direção segura para o desenvolvimento da filosofia transcendental. Para isso, o segundo capítulo se dedica a demonstrar como que, quando Kant pretende provar o espaço como dado a priori na *Exposição metafísica do conceito de espaço*, ele o faz provando, por meios distintos, as mesmas propriedades já acertadas pelo argumento das contrapartes incongruentes.

1. Acerca da validade dos argumentos das contrapartes incongruentes em Kant

1.1 Introdução geral ao objeto

Objetos ditos enantiomorfos, ou quirais, são aqueles cujas partes mantêm entre si as mesmas relações de proporcionalidade, apenas invertendo a direção em que estas são dispostas. Tais objetos são caros para os mais diversos campos da ciência: na química, denominam-se enantiômeros pares de moléculas que são imagens especulares umas das outras, mas não podem ser sobrepostas por nenhum movimento de translação ou rotação; em geometria, diz-se que uma figura é quiral se esta possui uma imagem espelhada sem ser a figura mesma individualmente simétrica, ou seja, se esta não é idêntica à sua imagem no espelho; em física de partículas, quiralidade é o fenômeno que descreve o comportamento das partículas

em um sistema de referência orientado para a direita, ou orientado para a esquerda. Diversos exemplos de objetos naturais recaem sob o conceito de enantiomorfismo e, antecipando a importância que este viria a ter para as ciências naturais, Kant parece ter sido o primeiro a tentar tirar daí considerações filosóficas relevantes.

Um objeto que, em relação ao seu par, apresenta completa igualdade e similaridade, mas “que mesmo assim não pode ser incluído nos mesmos limites”¹⁰, Kant o define como sua *contraparte incongruente*. Alguns exemplos referidos por ele são: duas roscas que, embora de mesma espessura e tamanho, tenham suas rotações forjadas em direções opostas; dois triângulos esféricos que, embora conservem entre si os mesmos ângulos e tamanhos dos lados, não podem ser sobrepostos um ao outro; por fim, o caso paradigmático das nossas mãos, que são iguais em tudo, a não ser pelo fato de que uma é esquerda e a outra é direita.

1.2 As contrapartes incongruentes em 1768

Sobre o fundamento da distinção das regiões no espaço é tido pelos comentadores como o texto no qual Kant se afasta de vez das posições metafísicas que ele havia sustentado pelos últimos vinte anos, muito próximas do conceito leibniziano de *mônada* e de sua concepção relacional de espaço, segundo a qual o espaço não seria nada além da abstração conceitual a partir da relação que os objetos comportam entre si.¹¹ A referência kantiana à “dissertação do célebre Euler” presente no texto leva a crer que uma influência para tal foi, por certo, a obra *Reflexões sobre o espaço e sobre o tempo* e sua tentativa de provar que o espaço concebido enquanto derivado de meras relações entre os corpos não poderia fundamentar os princípios da primeira lei da mecânica, tida como certa e paradigmática para a ciência da época. Em seu texto, Euler argumenta nesse sentido a partir de duas propriedades fundamentais do movimento: mudança de posição e direção.

É plausível, portanto, que, para além da obra com um todo, esta última discussão acerca da natureza do movimento tenha influenciado diretamente o texto

¹⁰ KANT, Immanuel; *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço*, p.160.

¹¹ Ver, por exemplo, os textos de Byrd “se, como eu sugiro abaixo, Kant estava ciente desta implicação, então o ensaio *Direções* sinaliza um rompimento significativo com a abordagem amplamente Leibniziana de seus trabalhos anteriores” e Buroker “no primeiro ensaio das contrapartes incongruentes, Kant rompeu abruptamente com a teoria relacional e argumentou em favor da teoria newtoniana do espaço absoluto”.

de 1768. Porém, segundo Kant, embora os argumentos de Euler de fato apresentassem dificuldades para a teoria relacional, estes não foram suficientes para garantir os postulados da teoria absolutista. Ele diz apenas que a dissertação “não alcançou plenamente o seu fim...deixando, todavia intocadas as dificuldades não menores que restam na aplicação de tais leis, quando se quer representá-las *in concreto* segundo o conceito do espaço absoluto.”¹²

O argumento kantiano baseia-se então no seguinte fato: a direção para a qual um corpo está orientado é uma característica espacial. Como, então, as teorias relacionais do espaço poderiam dar conta disso?

Em primeiro lugar, gostaria de considerar aqui um pouco mais detidamente a distinção entre região e posição, que é mencionada logo no começo do texto:

Pois as posições das partes do espaço em relação uma com a outra pressupõem a região para qual estão ordenadas em tal relação; essa região, em última análise, não consiste na relação de uma coisa no espaço com outra (o que é propriamente o conceito de posição), mas na relação do sistema destas posições com o espaço universal absoluto. Em qualquer coisa extensa a posição das partes relativas umas às outras podem ser adequadamente determinadas pela consideração da coisa ela mesma; mas a região para qual essa ordenação das partes é direcionada envolve a referência ao espaço fora da coisa; não, de fato, aos pontos neste espaço absoluto – pois isso nada mais seria senão a posição das partes da coisa em uma relação externa-, mas ao espaço universal como uma unidade da qual cada extensão deve ser vista como uma parte.¹³

Para dar conta desta passagem, consideremos dois pontos arbitrários em um sistema de coordenadas cartesiano bidimensional, que sejam $A(x_A, y_A)$ e $B(x_B, y_B)$. Existem diversas maneiras de determinar relações entre suas posições: podemos calcular a distância entre os dois pontos ($d_{AB}^2 = [x_B - x_A]^2 + [y_B - y_A]^2$), podemos dizer que A se encontra à esquerda ou à direita de B a partir de suas coordenadas no eixo das abcissas, que A se encontra acima ou abaixo de B a partir de suas coordenadas no eixo das ordenadas. O que Kant parece querer dizer ao realizar esta distinção é simplesmente que nenhuma dessas relações de posição poderia ser definida sem que o plano estivesse dado previamente. Mais ainda, que não faria sentido algum falar em posição do ponto A considerando-o anterior ao plano, uma vez que suas coordenadas

¹² KANT, Immanuel; *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço*, p.153.

¹³ KANT, Immanuel; *On the first grounds of the distinction of regions in space*, em *The Philosophy of Right and Left : Incongruent Counterparts and the Nature of Space* p. 27.

são definidas em relação a este. Tudo isso fica mais claro quando nos é apresentado o seguinte argumento:

No tocante a nós, o plano no qual se encontra perpendicularmente o comprimento de nosso corpo se chama horizontal; e esse plano horizontal dá ensejo à distinção das regiões que designamos alto e baixo. Nesse plano podem se encontrar perpendicularmente dois outros e se intersectar igualmente em ângulo reto, de modo que o comprimento do corpo humano seja pensado na linha de intersecção. Um desses planos verticais divide o corpo em duas metades exteriormente semelhantes e dá o fundamento de distinção entre o lado direito e o esquerdo; o outro, perpendicular a este, permite que tenhamos o conceito de face anterior e posterior.¹⁴

Nesse ponto, Kant sustenta que o primeiro fundamento para a distinção das regiões do espaço são as interseções dos eixos de um sistema ortogonal com o corpo humano. Novamente, isso não vai além de estabelecer um sistema de coordenadas cartesiano tridimensional como fundamento da possibilidade de tal distinção. Assim, um ponto possui sua posição (altura, latitude e longitude) em decorrência das propriedades do sistema de coordenadas que o precede; da mesma forma, a possibilidade de em nós estar presente um fundamento para a distinção das regiões do espaço deve ser garantida por um espaço precedente que conserve as mesmas propriedades, isto é, o espaço absoluto universal.

Buroker bem nota que há uma “diferença fundamental entre as relações que objetos e suas partes comportam entre si no espaço e o modo como esse sistema de relações se situa no espaço que o abrange”¹⁵. As contrapartes incongruentes são uma maneira de tentar tornar clara essa diferença.

Como já exposto anteriormente, Kant denomina contrapartes incongruentes pares de objetos que conservam entre si completa similaridade e igualdade, mas a figura de um não pode ser compreendida pela figura do outro. Vale notar que a noção de congruência implicada por Kant não é a mesma da geometria euclidiana, que define duas figuras como congruentes se e somente se estas puderem ser convertidas uma na outra por isometria, transformação geométrica que inclui translações, rotações e reflexões. O texto afirma que

¹⁴ KANT, Immanuel; *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço*, p. 154.

¹⁵ BUROKER, Jill Vance; *The Role of Incongruent Counterparts in Kant's Transcendental Idealism* em *The Philosophy of Right and Left : Incongruent Counterparts and the Nature of Space* p. 321.

Se duas figuras desenhadas num plano são iguais e semelhantes entre si, elas são congruentes. Só que com a extensão corpórea ou também com as linhas e superfícies que não se encontram num plano, o que acontece é com frequência muito diferente. Elas podem ser totalmente iguais e semelhantes, mas tão distintas em si mesmas, que os limites de uma não podem ser simultaneamente os limites da outra.¹⁶

Vejamos o caso a seguir:



Como podemos observar, temos duas figuras em um plano que são iguais e similares entre si, porém os limites de uma não são simultaneamente os limites da outra. Se a reflexão fosse uma transformação válida para figuras bidimensionais, esta deveria ser também para figuras tridimensionais, o que não parece ser o caso. Portanto, contrapartes incongruentes não podem ser convertidas uma na outra por nenhum *movimento rígido*, isto é, qualquer movimento realizado por uma figura de n dimensões que permaneça restrito ao espaço de n dimensões que a comporta.¹⁷

Agora, retornemos à questão principal: como a natureza destes objetos pode nos dizer algo acerca da natureza do espaço? Para tentar dar conta da questão, Kant nos propõe um experimento mental. Suponhamos que o primeiro objeto da criação tenha sido uma mão humana: esta é, necessariamente, uma mão esquerda ou uma mão direita. Esse experimento nos remete a uma passagem relevante na correspondência entre Leibniz e Clarke a respeito da natureza do espaço, em que o primeiro, defendendo sua concepção relacional, afirma:

O espaço é algo absolutamente uniforme; e, sem as coisas postas nele, um ponto do espaço não difere absolutamente nada de um outro ponto. Ora, disso se segue (suposto que o espaço seja alguma coisa em si mesmo fora da ordem dos corpos entre si) ¹⁸

Considerando o experimento proposto, se adotarmos a concepção de espaço sustentada por filósofos como Leibniz e Wolff, de acordo com a qual “o espaço consiste apenas nas relações externas das partes da matéria existindo uma ao lado da outra”, o universo consistiria apenas em um objeto e todo o espaço seria definido por ele.

¹⁶KANT, Immanuel; *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço*, p.159.

¹⁷ Por exemplo, o triângulo da imagem, bidimensional, pode ser convertido em sua imagem espelhada se o recortarmos e girarmos em um espaço tridimensional.

¹⁸ LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm; *Correspondência com Clarke* p.413.

Como vemos na passagem acima, na metafísica leibniziana o princípio da identidade dos indiscerníveis (não apenas se x e y são idênticos, x e y compartilham todas as suas propriedades, mas se x e y compartilham todas as suas propriedades, x e y são idênticos) tem como uma de suas justificativas o caráter relacional do espaço. Se o espaço é definido pela relação que os objetos comportam entre si, objetos que conservam a mesma relação de suas partes devem ser indiscerníveis espacialmente. Como as relações internas de ambas as mãos são as mesmas, isto é, como as relações de posição de suas partes devem valer inteiramente tanto para uma quanto para a outra, não haveria qualquer princípio de determinação que pudesse distinguir uma mão esquerda de uma mão direita e a descrição completa de uma seria também a descrição completa da outra. Mas, uma vez que a diferença entre um objeto e sua contraparte incongruente é real, a concepção relacional de espaço deve ser falsa.

As propriedades do espaço e suas regiões, ao invés de serem derivadas das posições dos objetos, são justamente o fundamento de sua possibilidade, bem como de sua distinção e orientação. Somente o espaço universal absoluto e precedente a toda matéria poderia, portanto, garantir esse fundamento.

1.3 As contrapartes incongruentes em 1783.

Enquanto o argumento de 1768 tem como foco a natureza ontológica do espaço, sua aparição em 1783 é acompanhada de uma discussão acerca da natureza do nosso conhecimento do espaço e dos objetos espaciais. Como se sabe, os *Prolegômenos* são escritos dois anos depois da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* como uma tentativa de defesa e esclarecimento da doutrina que recebeu o nome de idealismo transcendental e que, já em sua época, havia sido alvo de diversas disputas. O idealismo transcendental será aqui caracterizado a partir de duas teses que marcam sua radicalidade e rompimento em relação à tradição que o precedia e que, por conseguinte, provocaram estranhamento e encontraram maior resistência em seus leitores:

Ambas as faculdades ou capacidades também não podem trocar suas funções. O entendimento não pode intuir nada, e os sentidos não podem pensar. Somente na medida em que eles se unifiquem pode surgir um conhecimento. Nem por isso, contudo, pode-se mesclar as contribuições de

cada qual; tem-se antes boas razões para cuidadosamente separá-las e distingui-las uma da outra. (A 52)¹⁹

Por *idealismo transcendental* de todos os fenômenos, contudo, entendo a doutrina segundo a qual nós os consideramos, em seu conjunto, como meras representações, não como coisas em si mesmas, e o tempo e o espaço, de acordo com isso, são apenas formas sensíveis de nossa intuição, e não determinações ou condições, dadas por si mesmas, dos objetos como coisas em si mesmas. (A 369)²⁰

Contrariando a filosofia de Leibniz e a corrente leibniziana predominante à época²¹, Kant sustentara que entendimento e sensibilidade não são distinguíveis meramente por gradações, mas são duas fontes diferentes de representações. Apesar de esta conclusão ter sido alvo de inúmeros comentários, a mais enigmática e contraintuitiva de suas teses é, por certo, a de que todas as propriedades que podemos conhecer de um objeto não são propriedades dos objetos como estes seriam independentemente da relação com um sujeito. Ora, por menos óbvia que seja a relação entre as contrapartes incongruentes e tais conclusões tão radicais, as primeiras aparecem nos *Prolegômenos* intimamente ligadas às últimas.

Atenhamo-nos primeiro a como as contrapartes incongruentes poderiam garantir que entendimento e sensibilidade são fontes distintas de representações. Que elas garantiriam diretamente que fenômenos sensíveis não são coisas em si mesmas e que o espaço é transcendentemente ideal é a forte tese sustentada por Buroker em seu livro. Analisaremos se este é o caso através de seus argumentos.

a) Na primeira seção do presente capítulo, as contrapartes incongruentes foram definidas como “pares de objetos cujas unidades apresentam diferenças reais entre si, ainda que suas partes conservem internamente a mesma relação entre elas e a descrição completa de um deva servir integralmente ao outro”. Por conta do texto de 1768, o fato de as contrapartes incongruentes apresentarem diferenças mesmo que suas partes conservem a mesma relação interna é justificado pela anterioridade do espaço em relação aos objetos. A mudança de foco do texto das *Direções no espaço* para os *Prolegômenos* mencionada anteriormente é pautada na importância que Kant

¹⁹ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, p.97. (A 52, B 76).

²⁰ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, p. 331. (A 369).

²¹ Leibniz diferencia sensibilidade de entendimento em termos de sua *distinção*. Ambos diferem apenas em relação à sua forma lógica, ou seja, no que diz respeito à sua clareza ou confusão. A sensibilidade advém de uma percepção confusa, enquanto o entendimento de uma percepção clara e distinta, mas suas diferenciações se dão apenas gradativamente, não no tocante à sua origem ou conteúdo.

passa a atribuir ao outro termo da conjunção. Em 1783, Kant precisa dar conta daquelas diferenças tendo em vista que os conceitos que recaem sobre um recaem também, sem resíduos, sobre o outro.

Quando ao citar dois triângulos esféricos e uma mão com seu reflexo no espelho como exemplo de contrapartes incongruentes, Kant diz duas coisas:

[triângulos esféricos] podem ter lados e ângulos perfeitamente iguais de maneira que nenhum deles, se for descrito só e de um modo completo, apresentará algo que não se apresente também na descrição do outro e, no entanto, um não pode colocar-se no lugar do outro...; existe, pois aqui uma diferença *interna* dos triângulos que nenhum entendimento pode indicar como intrínseca e que apenas se manifesta através da relação exterior no espaço.
22

Não há aqui nenhuma diferença internas que apenas um entendimento pudesse pensar e, no entanto, as diferenças são intrínsecas, como ensinam os sentidos, porque a mão esquerda não pode ser contida nos mesmos limites que a mão direita, não obstante toda igualdade e semelhança respectivas²³

Há uma diferença interna entre estes pares de objetos que nenhum entendimento sozinho pode contemplar; ao mesmo tempo, essa diferença se manifesta sensível e espacialmente. Vejamos como, a partir disso, podemos compreender a tese dos *Prolegômenos*.

Cleve, ao tentar dar conta da questão, reformula a definição kantiana de um modo que nos será útil: “nós não podemos dar uma definição verbal de qualquer termo quiral, a não ser usando outro termo quiral; portanto, se qualquer um dos termos quirais deve ser entendido, ao menos alguns deles devem ser entendidos ostensivamente”²⁴. As relações internas de uma das mãos podem ser expostas, por exemplo, em descrições do tipo “dedo indicador formando um ângulo de x graus em relação ao polegar”, ou, “dedo médio localizado entre os dedos anelar e indicador”, mas não há nenhuma delas que não recairia perfeitamente sobre ambas. Se quisermos um princípio distintivo que possa dar conta da única diferença real entre as duas mãos (suas respectivas orientações), obviamente não poderíamos fazê-lo por meio de qualquer definição que se utilize dos termos “esquerda” ou “direita”, o que seria pressupor aquilo que se quer definir. Teríamos de dizer, por exemplo: “com

²² KANT, Immanuel; *Prolegômenos a toda a metafísica futura* p.54.

²³ KANT, Immanuel; *Prolegômenos a toda a metafísica futura* p.54.

²⁴ VAN CLEVE, James; *Introdução aos argumentos de 1770 e 1783*, em *The Philosophy of Right and Left: Incongruent Counterparts and the Nature of Space*.

ambas as mãos viradas com a palma para baixo, na mão esquerda o polegar se localiza na extremidade referente ao lado que o sol se põe, na mão direita o polegar se localiza na extremidade referente ao lado em que o sol nasce”. Novamente, a definição de termos quirais (esquerda ou direita) só pode ser dada a partir de outros termos quirais já garantidos (baixo), ou através de uma definição ostensiva, apontando exemplos de algo cuja definição se aplica (o lado em que o sol nasce ou se põe). Portanto, a definição de pelo menos um termo quiral deve ser designada não conceitualmente, mas a partir de um exemplo sensível.

Se o significado de uma proposição espacial (a mão é esquerda) só pode ser garantido através de pelo menos uma referência *irredutivelmente* sensível, o nosso conhecimento do espaço apresenta, necessariamente, uma natureza irredutivelmente sensível. Vale notar, como aponta Buroker, que ao negar que certas propriedades espaciais podem ser conhecidas *meramente* por meio de conceitos, Kant não nega a possibilidade de expressá-las conceitualmente, mas “para estabelecer sua verdade, é preciso estar familiarizado com a natureza do espaço, o que só é possível através da intuição sensível”²⁵.

Para darmos conta das distinções espaciais entre os objetos devemos desde antes pressupor a orientabilidade do espaço, já que esquerda e direita não são dedutíveis da mera relação entre as partes da mão, mas, além disso, tais distinções tampouco estão contidas nos conceitos possíveis que descrevem estas relações: o espaço, além de anterior aos objetos, tem uma representação original sensível e não-conceitual. Ao reconhecer que o conhecimento do espaço dá origem a representações de natureza distinta, indecomponíveis entre si, Kant pôde concluir que sensibilidade e entendimento, suas respectivas faculdades, não podem apresentar apenas diferenças gradativas, mas devem ser fontes de representações distintas.

b) Ora, como a evidência das contrapartes incongruentes poderia levar à necessária distinção dos objetos em geral em fenômenos e númeno? É aqui que gostaríamos de levar em conta a engenhosa solução de Buroker. Seu argumento se estrutura da seguinte maneira:

1. Do argumento das *Regiões no espaço*, Kant concluiu que o espaço existe independentemente dos objetos espaciais.

²⁵ BUROKER, Jill Vance; *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*. p.81.

2. Isso refuta a teoria relacional do espaço, de acordo com a qual o espaço não possui um status metafísico independente.
3. Leibniz está correto em dizer que, para substâncias puramente inteligíveis, relações são inteiramente derivadas de (portanto, reduzidas a) suas propriedades não-relacionais.
4. A natureza do espaço, portanto, conflita com a natureza das relações; as propriedades formais de entidades sensíveis diferem das propriedades formais de entidades inteligíveis, não sendo inteiramente dependentes de suas propriedades não relacionais.
5. Portanto, entidades sensíveis não correspondem, nem mesmo de uma maneira confusa, às entidades inteligíveis. Ou, em termos epistemológicos, a sensibilidade deve ser uma fonte distinta e independente de conhecimento.²⁶

A partir disso, ela pode concluir que, se Kant sustenta que o espaço é um sistema de relações possíveis entre os fenômenos sensíveis e que os objetos fenomenais “são governados por um sistema de relações independente destes objetos, enquanto as relações das substâncias numéricas não, as propriedades e relações espaciais entre os fenômenos não correspondem às propriedades relacionais do número”²⁷ e as coisas em si mesmas não são, de forma alguma, espaciais. Logo, se o espaço não é uma propriedade das coisas em si mesmas, mas nós possuímos conhecimento sensível tanto do espaço quanto das propriedades espaciais, este é justamente a forma pura de nossa intuição sensível. Estaria aí justificada uma das teses fundamentais do idealismo transcendental: a idealidade transcendental do espaço.

1.4 Análise de ambos os argumentos

a) Como recapitulação, elaborarei a estrutura do argumento de 1768 de tal forma:

- a. Contrapartes incongruentes são pares de objetos cujas unidades apresentam diferenças reais entre si, ainda que suas partes conservem internamente a mesma relação entre elas e a descrição completa de um deva servir integralmente ao outro.

²⁶ BUROKER, Jill Vance; *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*. p.100.

²⁷ BUROKER, Jill Vance; *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*. p. 100.

- b. A teoria relacional deriva o espaço da abstração das relações que os objetos mantêm entre si, enquanto a teoria absolutista sustenta a existência de um espaço anterior aos objetos, como sua condição de possibilidade.
- c. A teoria relacional não é capaz de explicar a diferença entre as contrapartes incongruentes, pois se as relações entre as partes de suas unidades são as mesmas, o espaço ocupado por estas deveria ser o mesmo, o que não se confirma empiricamente.
- d. A teoria absolutista é capaz de explicar a diferença entre as contrapartes incongruentes, uma vez que a orientabilidade do espaço é prévia em relação aos objetos.
- e. Contrapartes incongruentes existem, portanto, a teoria absolutista deve ser aceita e a teoria relacional descartada.

Na *Dissertação*, escrita apenas dois anos após a publicação do texto das *Regiões no espaço*, Kant viria a classificar o espaço dos newtonianos como uma “fabricação vazia da razão”, na medida em que “inventa um número infinito número de verdadeiras relações, sem aí existir quaisquer seres relacionados uns com os outros”²⁸. Através da análise do argumento de 1768, não é difícil compreender por que a subscrição à tese do espaço absoluto dura tão pouco tempo. Embora Kant tenha apontado que a defesa realizada por Euler foi capaz de mostrar apenas a incompatibilidade da concepção relacional com a possibilidade da fundamentação das leis da mecânica, sem fornecer uma prova concreta da realidade do espaço independentemente dos objetos, ele também falha na tarefa que coloca a si mesmo. Como bem apontam Rusnock e George,

além das dificuldades envolvidas em determinar que não existem mais possibilidades, e o desagrado heurístico das provas apagógicas, o método de Kant sofre do problema comum a tais argumentos, nomeadamente, que o número de possíveis fontes de absurdidade aumenta exponencialmente com o número de premissas.²⁹

No contexto de 1768, o debate acerca da natureza do espaço era definido principalmente pela querela entre os newtonianos e os leibnizianos. A prova kantiana, portanto, procede pela lei do terceiro excluído; uma vez que o espaço relacional é

²⁸ KANT, Immanuel; *Inaugural Dissertation em Theoretical philosophy 1755-1770* p.397.

²⁹ RUSNOCK, Paul e GEORGE, Rolf; *A Last Shot at Kant and Incongruent Counterparts* p.271.

negado, a única opção é assumir a visão absolutista. A partir de 1770, a possibilidade de um terceiro termo é colocado: além de relacional e derivado das coisas ou possuidor de realidade ontológica independente, o espaço pode ser subjetivo e ideal. Como o argumento só prova o caráter não relacional do espaço, ambas as últimas possibilidades se mantêm válidas. Portanto, a premissa b) pode ser modificada ilimitadamente, acrescentando novas possibilidades de caracterização do espaço; desde que estas não derivem sua natureza das relações entre os objetos, a prova deve validar a existência de todas, mesmo que contraditórias entre si. Assim, apenas o passo c) é garantido e a conclusão a respeito da existência do espaço real e independente de toda a matéria se mostra infundada.

b) Como recapitulação, elaborarei a minha reconstrução do argumento de 1873 de tal forma:

1. Se dois objetos são idênticos em tudo o que neles pode ser conhecido conceitualmente (em determinações referentes à qualidade e quantidade), estes podem ser substituídos um pelo outro sem qualquer resíduo.
2. Existem pares de objetos cujas unidades exibem diferenças sensíveis, como a orientação, ainda que as descrições completas (conceito) de um se apliquem integralmente ao outro.
3. Orientação é uma propriedade espacial.
4. Como há propriedades espaciais que se manifestam sensivelmente, mas não conceitualmente, o espaço não pode ser conhecido meramente por conceitos: nosso conhecimento do espaço é irredutivelmente sensível.
5. Se a sensibilidade e o entendimento dão origem a representações de diferentes naturezas, estes são fontes de representações independentes.

Acredito que esta seja a única conclusão legítima retirada a partir apenas da evidência das contrapartes incongruentes, ou seja, como uma prova direta. Vejamos no que, exatamente, ela se difere das considerações de Buroker. Primeiramente, nossa reconstrução não pressupõe a conclusão do argumento das Direções no espaço. Isto não é exatamente um problema para Buroker, uma vez que, se as evidências são as mesmas e as contrapartes incongruentes são definidas a partir das mesmas propriedades, a conclusão (que o espaço é anterior aos objetos) poderia perfeitamente ser reafirmada. Seu movimento conceitual, além de permitido pelo texto, é necessário para sua conclusão acerca da natureza do espaço.

A principal diferença é, por certo, a natureza das afirmações: enquanto seu argumento provaria algo a respeito da natureza do espaço, acredito que a partir das contrapartes incongruentes podemos chegar apenas a uma conclusão um pouco mais modesta, referente apenas ao nosso conhecimento do espaço e das propriedades espaciais.

As contrapartes incongruentes provam apenas que o espaço não pode ser adequadamente conhecido através de meros conceitos, mas *nosso conhecimento do espaço* é irredutivelmente sensível. Como funciona sua prova da não-espacialidade das coisas em si mesmas? A partir da distinção transcendental entre, de um lado, os objetos do entendimento puro e as coisas em si mesmas e, do outro, a sensibilidade e os fenômenos. É somente a partir desta correspondência que ela pode chegar àquela conclusão. Se tomarmos como garantido que, para Kant, as coisas em si mesmas são puramente inteligíveis, estas devem estar de acordo com a natureza dos conceitos. A natureza do entendimento, por sua vez, exige que “sem algo interno eu certamente não posso, por meio de meros conceitos, pensar algo externo, justamente porque conceitos de relação pressupõem coisas simplesmente dadas”³⁰. Se, para os objetos do entendimento puro, as relações devem ser posteriores às coisas e as contrapartes incongruentes mostram que o espaço, enquanto sistema de relações possíveis (Kant atesta isso em diversos momentos, como em B67 e B340³¹) é anterior a estas, a natureza do espaço seria contraditória com a natureza das coisas em si mesmas. Porém, a evidência das contrapartes incongruentes pode apenas provar que entendimento e sensibilidade são, necessariamente, faculdades de origem distintas, que dão origem a *representações* de natureza distinta; a distinção entre a natureza de seus respectivos objetos é antes uma pressuposição herdada do idealismo transcendental. Se a assumimos, podemos dar conta da diferença entre as contrapartes incongruentes, mas a relação inversa, o passo conclusivo que parte da evidência da última em favor da conclusão da primeira não pode ser dado.

Mais fundamental que isso, as coisas em si mesmas são objetos do entendimento puro na medida em que estes podem ser apenas pensados, mas, como afirma Kant, pensamentos sem conteúdo são vazios. Dizer que elas são *em si*

³⁰ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, p.270. (B 340).

³¹ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, p.91: “nada nos é dado por meio do sentido externo (o espaço) senão meras representações de relações”. KANT, Immanuel *Crítica da razão pura*. 2015, p.270: “o espaço que, com tudo aquilo que contém, constitui-se de puras relações formais”.

mesmas é uma afirmação que diz respeito à objetividade da percepção, não à independência ontológica que uma poderia comportar em relação às outras (o que seria apenas um pensamento válido, assim como seu oposto). Portanto, afirmar a não-espacialidade das coisas em si mesmas a partir do conceito de relação não é um movimento válido enquanto *conhecimento*. Consequentemente, não se pode concluir, a partir do argumento dos *Prolegômenos*, a idealidade subjetiva do espaço: por exemplo, ele não torna impossível a existência de um espaço não-relacional, que não pode ser representado meramente através de conceitos e, ainda assim, real.

1.5 Considerações finais neste capítulo.

Se pudemos demonstrar a insuficiência destas duas aparições do argumento como prova direta e positiva da natureza do espaço, começamos a tornar com sentido o motivo pelo qual este não aparece em nenhuma das duas edições da *Crítica da Razão Pura*. Ainda assim, ambas garantem seu caráter não-relacional e sua representação irredutivelmente sensível, propriedades fundamentais para a sequência do percurso da filosofia crítica. Pretendemos expor, no próximo capítulo, como tais propriedades serão desdobradas e desenvolvidas na *Exposição metafísica do conceito de espaço*.

2. O conceito de espaço na *Crítica da Razão Pura*

Como apontamos no primeiro capítulo, a concepção de espaço desenvolvida por Kant a partir de 1768 está intimamente ligada à recusa de propriedades espaciais tais quais concebidas por Leibniz e os leibnizianos. Portanto, como maneira de caracterização da filosofia leibniziana pelo próprio Kant, antes de entrarmos na discussão direta sobre o espaço na *Estética Transcendental*, pretendo apresentar os argumentos presentes na *Anfibolia dos conceitos puros de reflexão*. A “*Anfibolia*”, parte que encerra a *Analítica Transcendental*, foi e continua sendo alvo dos mais sofisticados comentários daqueles que pretendem estudar as possíveis relações entre Kant e Leibniz, uma vez que é justamente o lugar destinado, na *Crítica*, à tematização explícita e demarcação de posição em relação ao pensamento leibniziano.

2.1 Do entendimento em seus usos empírico e transcendental e da anfibia dos conceitos de reflexão

“Leibniz intelectualizava os fenômenos”³², esta frase nos servirá de fio condutor no caminho seguro para entendermos o sentido da crítica kantiana. Todos os quatro momentos da objeção proferida por Kant na “*Anfibolia*” podem ser traçados sob esta perspectiva: é necessária a distinção não apenas das formas do entendimento e da sensibilidade, mas também dos objetos em geral em fenômeno e nùmeno. Se os objetos do conhecimento fossem as coisas em si mesmas, a doutrina metafísica leibniziana estaria correta, mas os objetos do conhecimento são fenômenos, dados na forma da intuição sensível. Assim, teríamos de reconhecer que a não diferenciação qualitativa entre sensibilidade e entendimento só poderia resultar em duplicidade de sentido: quando tomamos o conceito em seu conteúdo, as relações entre as coisas podem apresentar ambiguidade quanto ao seu lugar, se são os sentidos que as comparam, ou se é o entendimento que o faz.

Kant denomina reflexão transcendental a “ação pela qual eu junto a comparação das representações em geral com o poder cognitivo em que ela é realizada, e pela qual eu distingo se elas são comparadas entre si como pertencentes ao entendimento puro ou à intuição sensível”³³, em contraste com a reflexão lógica, referente à forma lógica dos conceitos, ausentes seus conteúdos. Antes de qualquer juízo objetivo ser feito, é necessário que se compare conceitos, buscando a identidade de várias representações sob um conceito para produzir os juízos universais, ou a diversidade, para os juízos particulares; a concordância, para os afirmativos, a oposição, para os negativos. Contudo, considerado apenas em sua forma lógica, o conceito carece de princípios de aplicação, ou seja, sua conexão de maneira meramente analítica não pode fornecer uma comparação objetiva das representações, restando apenas conceitos vazios sem objeto.

Se o avanço no conhecimento das coisas requer proposições sintéticas, deve ser levado em conta o uso empírico do entendimento, pois, se queremos inferir a validade de tais proposições, os conceitos devem valer em relação à experiência possível (caso contrário, onde, apenas nos conceitos, poderia se achar o terceiro termo necessário para que haja uma proposição sintética?), só havendo realidade objetiva quando a um conceito houver intuições correspondentes. É a reflexão transcendental que vem resolver a exigência aberta pela dupla face dos objetos

³² KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 263 (B 327).

³³ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 257 (B 317).

tomados em sua distinção em fenômeno e nùmeno, a saber, que, considerados desta maneira, estes podem ser referidos ao entendimento ou à sensibilidade. Mais do que mera comparação de conceitos, a reflexão transcendental diz respeito aos próprios objetos, na medida em que lida com suas condições de possibilidade (B319). Kant nos apresenta quatro conceitos de reflexão, que serão agora expostos em sua relação com quatro críticas específicas aos fundamentos da metafísica leibniziana, tais como entendidos por aquele.

A) Identidade e diversidade

A primeira crítica diz respeito à maneira pela qual Leibniz teria estendido seu princípio da identidade dos indiscerníveis (como já exposto anteriormente, não apenas se x e y são idênticos, x e y compartilham todas as suas propriedades, mas se x e y compartilham todas as suas propriedades, x e y são idênticos), para além dos conceitos, aos objetos do sentido. Segundo Kant, como Leibniz considerava os fenômenos coisas em si mesmas, este havia de tomá-los como objetos do entendimento puro, portanto comparando-os segundo o princípio de validade das comparações de conceitos. Uma vez ausente a reflexão transcendental, Leibniz não pôde pensar o lugar dos objetos na intuição, confundindo o que seria apenas uma regra analítica com uma lei da natureza. Os objetos do entendimento puro, i. e., as coisas em si mesmas, podem ser pensados como o mesmo sempre que possuírem as mesmas determinações, mas, em se tratando de fenômenos, deve ser levada em conta a forma na qual estes são dados, ou seja, as formas da intuição sensível e sua distinção espaço-temporal. Por exemplo, tomada a definição de linha como “o que tem comprimento sem largura” apenas em seu conceito, poderíamos concluir que, uma vez que todos os singulares que possuem comprimento sem largura caem sob a identidade da definição, estes seriam indiscerníveis; porém, como cada linha singular se dá não apenas como conceito (representação universal e mediatizada), mas como representação na intuição sensível (representação imediata e singular), indiferente às suas determinações internas, a diferente posição de cada uma delas, quando em simultaneidade temporal, implica sua distinção no espaço.

B) Concordância e oposição

A segunda crítica diz respeito à concepção leibniziana das relações de oposição entre realidades, no que Kant entende como “o princípio de que as

realidades (como meras afirmações) nunca se opõem logicamente umas às outras”³⁴. Novamente, tal princípio seria válido se estivéssemos tratando de conceitos. Quando se tratando da relação de oposição (uma relação em que as realidades suspendem o efeito uma da outra [A-B=0]) sob a luz da distinção dos objetos em fenômeno e nûmeno, temos duas maneiras de pensá-la: a contradição e a destruição recíproca. A oposição pensada pelo entendimento puro só teria como resultado possível a contradição, pois se eu digo $Z = \neg Z$ a afirmação é falsa e o conceito é suprimido por sua oposição; no entanto, pensada do ponto de vista fenomênico, a oposição pode ser representada na forma da destruição recíproca, assim como expressa na mecânica newtoniana, em que a força resultante (ainda que nula, quando um corpo se encontra em inércia) é dada pela soma vetorial das forças atuantes sobre um corpo, isto é, uma causa anula o efeito da outra sem implicar que ela mesma tenha de ser anulada. Leibniz e os leibnizianos teriam procedido apenas de acordo com a primeira concepção de oposição e somente isso lhes permitiu conceber a unificação da realidade em um ser: já que apenas conceitos negativos poderiam suprimir o conceito positivo, toda realidade estaria em concordância consigo mesma por, em seus conceitos, não se encontrar oposição.

C) O interno e o externo

A terceira crítica diz respeito diretamente à *Monadologia*, ao conceito de *mônadas* como “sujeitos simples dotados de forças de representação”³⁵. Aqui, segundo Kant, Leibniz só pôde chegar a tal conceito procedendo equivocadamente, confundindo as determinações internas dos objetos do entendimento puro com as determinações de uma substância dada na forma da intuição sensível. O objeto do entendimento puro, como coisa em si mesma, certamente possui determinações internas, i.e., sem qualquer referência a algo que não ele mesmo, pois, se a condição de existência de uma substância fosse garantida estritamente através da relação desta com outras substâncias, esta não poderia ser considerada como existente em si mesma. As *substantia phaenomenon*, por sua vez, por serem dadas espacialmente, podem ser conhecidas apenas por meio de forças que nelas atuam, não havendo, portanto, quaisquer determinações internas e sendo elas mesmas nada além de um conjunto de relações.

³⁴KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 264 (B 329).

³⁵ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 260 (B 322).

Leibniz representava a distinção entre interno e externo apenas em relação ao entendimento puro: uma vez que, no pensamento leibniziano, não havia a distinção entre fenômenos e coisas em si mesmas, este pôde conceber que, através do nosso sentido interno, poderíamos obter conhecimento dos objetos, pois se tudo que posso me representar enquanto interno é um pensamento e as substâncias têm de possuir algo de interno, o estado das substâncias é exatamente aquele pelo qual determinamos o nosso próprio sentido interno, logo as substâncias simples (simples pois, já que as substâncias enquanto coisas em si mesmas devem possuir determinações internas, estas devem ser não-compostas, sendo a composição uma determinação dependente das relações externas) devem ser pensadas enquanto dotadas de capacidade representacional.

A premissa parece ser a seguinte: os objetos do entendimento puro são dotados de determinações internas. Disso se segue que, se no conceito todas as determinações são internas, os objetos que possuem propriedades internas (substâncias simples) podem ser pensados como objetos do entendimento puro. Para Kant, se pudéssemos nos direcionar aos objetos apenas do ponto de vista do entendimento puro, todas as determinações seriam determinações internas; se as determinações internas podem ser conhecidas somente através do estado das representações no entendimento, os objetos seriam, de fato, seres simples dotados de representações, ou seja, *mônadas*.

Isto estaria correto, novamente, se os fenômenos fossem coisas em si mesmas e o conceito fosse a única condição para que pudesse haver objeto, mas, como os objetos do entendimento são aqueles dados na intuição sensível e estes não podem ser conhecidos apenas através de meros conceitos, não se pode deduzir que, somente porquê nos objetos dos conceitos não pode ser pensado uma exterioridade sem interioridade, não se pode pensar uma exterioridade sem interioridade de forma alguma: as determinações dos objetos dos sentidos, sem os quais os conceitos são apenas conceitos vazios, dão-se apenas através de relações, sem um fundamento interno, i.e., como *fenômenos*.

D) Matéria e forma

A última crítica concerne aos conceitos de espaço e tempo na filosofia leibniziana e é, para nós, a mais relevante, não apenas por abordar diretamente tais conceitos, mas também por, segundo Kant, “constituir o fundamento de todas as

demais reflexões”³⁶. O direcionamento a esta questão é uma maneira de se resolver com e se afastar não apenas da filosofia leibniziana, mas do hilemorfismo ontológico da tradição³⁷: o estabelecimento do espaço e do tempo como formas puras da intuição e a consideração dos objetos enquanto sua distinção em fenômeno e nùmeno acompanham a recusa do tratamento tradicionalmente dado à distinção entre matéria e forma.

Na metafísica clássica, uma vez que o entendimento necessita que algo seja dado para que possa ser determinado, a matéria era pensada como predecessora da forma (a matéria como princípio indeterminado, a forma como determinação específica). Segundo a premissa distintiva do idealismo transcendental que, para garantir a possibilidade do conhecimento entendido enquanto universal e necessário, teve de assumir que os objetos devem se regular pelo conhecimento, a forma deve preceder a matéria, sendo justamente o pressuposto que garante a possibilidade desta. Aqui trataremos apenas da forma do sentido externo, i.e., o espaço.

Leibniz, novamente, por não designar corretamente as faculdades do entendimento puro e da sensibilidade aos seus respectivos objetos, intelectualizava o espaço. Como exposto na seção anterior, se pudéssemos abordar os objetos estritamente do ponto de vista do entendimento puro, estes teriam de possuir apenas determinações internas, que garantiriam seu estatuto de coisas existentes em si mesmas, sendo posterior a fundação da relação externa, como relação entre as substâncias. Esta relação de exterioridade, se representada através do entendimento somente, deve ser realizada por meio de conceitos, portanto, lugar, figura e movimento seriam nada além da conexão dos estados das substâncias na ordem da razão e o próprio espaço uma abstração a partir destas relações. Nas *mônadas*, como sujeitos simples, estaria excluída qualquer relação de composição com outras substâncias, portanto o espaço só poderia ser dado a partir de um terceiro termo, a saber, a “unidade da ideia de uma causa válida para todas”³⁸, que garantiria uma ordem na comunidade das substâncias baseada em ações recíprocas.

³⁶ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 260 (B 322).

³⁷ Por hilemorfismo ontológico digo apenas a teoria segundo a qual todos os seres corpóreos são compostos de matéria e forma tratada sob a perspectiva das coisas em si mesmas.

³⁸ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 265 (B 331).

Em seu idealismo transcendental, Kant precisava se opor às concepções realistas de espaço em suas duas formas, a absolutista e a relacional. A primeira representada por Newton, que concebia o espaço como um substrato absoluto independente dos objetos e a última por Leibniz, para quem o espaço é secundário em relação a estes. No início da *Exposição metafísica do conceito de espaço*, Kant estabelece implicitamente este diálogo com ambos antes de definir positivamente o que teria de particular na sua doutrina do espaço e do tempo, caracterizando a posição leibniziana sob este mesmo aspecto: espaço e tempo, para Leibniz, “são apenas, de fato, determinações ou mesmo relações das coisas, mas tais que pertenceriam às próprias coisas mesmo que não fossem intuídas”.³⁹

A seguir, com relação aos quatro argumentos que definem o conceito de espaço como dado a priori, procuraremos demonstrar como, em cada um deles, estariam já presentes contraposições a certas propriedades do espaço leibniziano do modo como Kant o entendia. Assim, poderemos desenhar a nossa hipótese, que apresenta a *Exposição metafísica do conceito de espaço* como conservando propriedades espaciais fundamentais herdadas dos argumentos das contrapartes incongruentes, que sejam, o caráter não-relacional do espaço e sua natureza não-conceitual.

2.2 Da Exposição metafísica do conceito de espaço

A) *O espaço não é um conceito empírico que tenha sido derivado de experiências externas, o espaço é uma representação necessária a priori que serve de fundamento a todas as intuições externas.*

Como Leibniz teria acreditado ser possível o conhecimento da natureza através apenas do entendimento, este teve de considerar a representação empírica dos objetos como conceitos. Segundo Kant, Leibniz não via no entendimento e na sensibilidade duas fontes diferentes de representações, mas considerava a última apenas uma forma confusa do pensamento, assim, considerou o espaço apenas como uma abstração da relação entre os fenômenos. A geometria, como a “ciência que determina as propriedades do espaço de maneira sintética, mas também a priori”⁴⁰ restaria impossibilitada, já que sua formulação seria possível apenas através de uma

³⁹ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 73 (B 37).

⁴⁰ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 75 (B 41).

representação conceitual derivada da experiência. Se a geometria fosse, de qualquer maneira, derivada da experiência, as propriedades que descrevem seus objetos perderiam o caráter necessário e, com isso, sua certeza apodítica.

Kant diz:

Pois para que certas sensações sejam referidas a algo fora de mim (i.e., a algo em um outro lugar do espaço que não aquele em que me encontro), e para que, do mesmo modo, eu as possa representar como externas umas do lado das outras, portanto não só diferentes, mas como em diferentes lugares, para isso a representação do espaço já tem de servir-lhes de fundamento⁴¹

Ao representar objetos como posicionados em diferentes lugares, representam-se tais objetos como em diferentes lugares *no espaço*, portanto, qualquer representação externa de objetos espaciais pressupõe a representação do espaço. Além disso, a possibilidade de distinção de um objeto não somente como exterior a outro, mas como exterior ao próprio sujeito, seria uma evidência de que tal princípio distintivo residiria no sujeito, não nos objetos. Assim, o sujeito não sendo apenas mais um componente da relação espacial entre os objetos, sua noção de externalidade poderia ser garantida por um espaço geral como sistema de possibilidade todas as posições.

O espaço para Leibniz é relacional, i.e., construído a partir da relação dos estados das substâncias, portanto, ele também é secundário em relação à estas. Como já exposto anteriormente, as *mônadas*, como sujeitos simples, não possuem em si mesmas quaisquer determinações de relações externas, logo tampouco são substâncias espaciais. Se o espaço é secundário e tem sua existência derivada necessariamente da existência das substâncias, deveria ser possível a representação de substâncias não-espaciais, e impossível o pensamento de um espaço sem objetos. Ao sustentar que “ninguém pode jamais representar-se que não há espaço, mesmo podendo perfeitamente pensar que nenhum objeto se encontra no espaço”⁴², Kant novamente se direciona à concepção relacional de espaço e sua posição que defende o espaço como estritamente dependente da relação que os objetos comportam entre si. A ciência da geometria não só garante, como depende da consideração de um espaço desprovido de objetos, que serve como fundamento de todo fenômeno espacial (inclusive a externalidade).

⁴¹ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 74 (B 38).

⁴² KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 74 (B 38).

Se Kant quer garantir a possibilidade da geometria (sintética e a priori), o espaço deve ser independente dos objetos, ser encontrado em nós a priori, não como conceito extraído da experiência, mas o contrário, como condição de possibilidade da exterioridade, como forma do sentido externo.

B) O espaço não é um conceito discursivo ou, como se costuma dizer, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura, o espaço é representado como uma grandeza infinita dada

Tendo mostrado nos argumentos anteriores que o espaço não é um conceito empírico, Kant precisará mostrar que a representação do espaço não é um conceito de maneira alguma. Se Leibniz intelectualizava o espaço, representando as relações de exterioridade através do entendimento puro, para ele, a ideia clara e distinta de espaço seria possível apenas em função da abstração a partir da ideia confusa fornecida pela percepção, tomada a partir dos objetos e suas diferentes posições. A maneira pela qual Kant expõe o pensamento de Leibniz dá a entender que o todo do espaço enquanto ideia universal é, para este, uma abstração conceitual das relações de suas partes, uma vez que as substâncias enquanto mônadas (sujeitos simples) não poderiam estar em ligação uma com o estado da outra sem que houvesse uma terceira causa, uma “unidade da ideia de uma causa válida”⁴³. Primeiramente, no idealismo transcendental, o espaço não pode ser considerado uma ideia, em segundo lugar, as partes do espaço se dão segundo delimitações conceituais de um espaço único que as precede. Para que a geometria seja não somente a priori, mas sintética, é necessário algo além dos conceitos, um fundamento que permita o terceiro termo requisitado por este tipo de proposição: este é, justamente, o espaço enquanto intuição pura.

Leibniz pensa o espaço como um conceito. Se eu penso o espaço como uma grandeza infinita dada, este não pode ser um conceito, já que nenhum conceito contém um número infinito de representações. Os conceitos podem ter uma variedade infinita de diferentes representações sob si, ou seja, é possível substituir um conceito por outro que o contenha sem que isso extrapole as capacidades finitas do entendimento. Kant pretende mostrar que o espaço não é um conceito a partir da relação parte-todo do ponto de vista conceitual e do ponto de vista sensível:

⁴³ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 265 (B 331).

é preciso pensar cada conceito como uma representação que está contida em uma infinita variedade de diferentes representações possíveis (como sua característica comum) e que, portanto, contém-nas *sob si*; mas nenhum conceito enquanto tal pode ser pensado como se contivesse *em si* uma variedade infinita de representações. O espaço, todavia, é assim pensado⁴⁴

Enquanto os conceitos têm seus todos derivados de suas partes, os objetos sensíveis dados espacialmente têm suas partes dadas apenas como limitação de um espaço maior. O que isso significa? Enquanto a intensão de um conceito aumenta na medida em que este é especificado, o todo do conceito é constituído por suas partes. O conceito de “cachorro” tem em si implicadas as definições de “vivente, animal, mamífero, canídeo, etc.”. Nos objetos sensíveis, as partes só podem ser pensadas a partir de uma limitação, portanto, não possuem a mesma relação de subordinação. As partes do espaço, de maneira semelhante, são pensadas todas como simultâneas ao infinito, portanto, só podem ter vez a partir da limitação de um espaço precedente. O espaço não pode ser pensado enquanto conceito pois a relação entre o espaço único e as partes do espaço tampouco são relações de subordinação, ou seja, não podemos pensar um conceito geral de espaço do qual as partes do espaço sejam meras subordinações, uma vez que o espaço único precede todas as suas partes.

Conclusão

Após longa exposição, podemos observar que:

A) O argumento de 1768 é capaz de provar que o espaço é não-relacional na medida em que a teoria relacional não é capaz de dar conta da existência de objetos que conservam entre si as mesmas relações entre suas partes, mas, mesmo assim, apresentam diferenças reais.

A partir disso, Kant conclui que as propriedades do espaço e suas regiões, ao invés de serem derivadas das posições dos objetos, são justamente o fundamento de sua possibilidade, bem como de sua distinção e orientação. Nas duas primeiras seções da *Exposição metafísica do conceito de espaço*, Kant se dedica a provar que o espaço não é derivado de experiências externas, mas, antes, é o fundamento da possibilidade de toda experiência externa. Ele o faz se servindo de um argumento muito semelhante com o utilizado no texto de 1768, concluindo que a possibilidade de existir em nós um fundamento para distinção e representação de algo externo garante

⁴⁴ KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*. 2015, P. 75 (B 40).

que o espaço não pode ser derivado dos lugares ou posições, mas, antes, é sua condição de possibilidade.

B) O argumento de 1783 é capaz de provar que o nosso conhecimento do espaço tem uma origem irredutivelmente sensível na medida em que garante que a orientabilidade de um objeto não pode, de modo algum, ser expresso por meros conceitos, mas, antes, deve se referir a pelo menos um exemplo sensível. Nas duas últimas seções da *Exposição metafísica do conceito de espaço*, Kant, depois de ter demonstrado que o espaço não é um conceito empírico, deve mostrar que o espaço não é um conceito de modo algum. A diferença de natureza da relação parte-todo entre objetos espaciais e conceituais leva Kant à conclusão de que a representação originária do espaço não pode ser um conceito.

Se tivemos o mínimo de sucesso em nosso percurso, pudemos indicar como ambos os argumentos das contrapartes incongruentes desempenham um papel importante no desenvolvimento da filosofia crítica, através do apontamento de propriedades espaciais fundamentais que serão conservadas na definição de espaço na primeira *Crítica*.

Referências bibliográficas

Referências primárias:

KANT, I. *Crítica da razão pura*; Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. *Do primeiro fundamento da distinção das regiões no espaço em Espaço e pensamento*, Clandestina; São Paulo, SP, 2019

_____. *Theoretical philosophy 1755-1770*; Translated and edited by David Walford. Cambridge University Press, 1992.

_____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*; Lisboa, Portugal: Edições 70.

LEIBNIZ, G.W. Correspondência com Clarke; tradução de Carlos Lopes de Mattos – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Referências secundárias:

BUROKER, Jill Vance. *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*. Dordrecht:Reidel, 1981.

BYRD, Jeremy. *A Remark on Kant's Argument from Incongruent Counterparts* em *British Journal for the History of Philosophy* 16(4) 2008: 789-800.

RUSNOCK, Paul e GEORGE, Rolf. *A Last Shot at Kant and Incongruent Counterparts* em *Kant-studien* 86 (1995) 257–277.

SMITH, Norman Kemp. *A Commentary on Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Humanities Press, 1962; reprint of 1918 edition. Pp. 161-166.

VAN CLEVE, J., e FREDERICK, R. *The Philosophy of Right and Left : Incongruent Counterparts and the Nature of Space* (Dordrecht Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1991).